



**DENISE PEREIRA  
MARISTELA CARNEIRO  
(ORGANIZADORAS)**

# **O BRASIL DIMENSIONADO PELA HISTÓRIA 2**

**Atena**  
Editora

Ano 2020



**DENISE PEREIRA  
MARISTELA CARNEIRO  
(ORGANIZADORAS)**

# **O BRASIL DIMENSIONADO PELA HISTÓRIA 2**

**Atena**  
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Karine de Lima

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloí Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá  
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

B823 O Brasil dimensionado pela história 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020. – (O Brasil Dimensionado pela História; v. 2)

Formato: PDF  
 Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader  
 Modo de acesso: World Wide Web  
 Inclui bibliografia  
 ISBN 978-85-7247-915-8  
 DOI 10.22533/at.ed.158201501

1. Brasil – História. 2. Brasil – Fronteiras. I. Pereira, Denise. II. Carneiro, Maristela. III. Série.

CDD 981.65

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

Atena Editora  
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Um Brasil, muitos “Brasis”. A própria necessidade de descrever o plural entre aspas aponta para o obrigatório caráter de singularidade que vem com definições como país, nação e território nacional. Entretanto, há algo de profundamente idealista, simplificador e até mesmo pueril a respeito dessa singularização obrigatória. Países, a final, são químicas de muitos compostos e processos, raramente fáceis de delinear.

O Brasil, como qualquer outro país, é produto de conflitos, tensões e representações. Ao mesmo tempo uma imposição de condições circunstanciais e da assimilação de discursos internalizados, o Brasil existe na mente de seus habitantes como uma abstração, uma identidade coletiva, antes de se colocar como uma linha mais coerente de ideias encadeadas. Um recorte geográfico gigantesco. Uma economia complexa. Uma emblemática coleção de territórios, paisagens emocionais, panoramas urbanos. Uma frustrante cadeia de problemas políticos, sociais e ecológicos. Uma história. Múltiplas histórias.

Pois todos os fios das lutas e idiosincrasias que unem para constituir a trama deste país, um quadro complexo, variado e repleto de contradições, não podem ser compreendidos senão como produtos e signos dos contextos históricos em que nasceram. A história oferece um conjunto único de lentes, que nos permite detectar e apreciar os intrincados desenhos que compõem essa rica trama. A história permite dimensionar (e tensionar) diferentes “Brasis”, possibilitando outros olhares e enquadramentos, que complexificam as narrativas que contam e ressignificam o próprio conceito de Brasil.

Economia. Política. Arte. Religião. Educação. Campos de ação que fracionam a experiência humana em unidades compreensíveis e manuseáveis, produzindo especialidades e, mais importante, especificidades. Pela mirada da história podemos vislumbrar cada um destes recortes por intermédio das trajetórias descritas e geradas pelos mesmos, permitindo-nos melhor apreciar as facetas e dimensões deste país. Diferentes campos convergem para construir uma narrativa que auxilie na construção da identidade brasileira, a qual encontra na história um horizonte orientador para suas lutas e desafios. Aqui, a história se torna a pedra de toque para a leitura de diferentes problemáticas, que em última análise se propõem a medir os impactos das ações humanas no tempo e, também, construir um futuro mais humano e com mais acertos.

Diante deste olhar na História, esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira  
Maristela Carneiro

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
“O DIA EM QUE O CACIQUE” ENTOOU “UMA VOZ SOBERANA NO AR”: UM SAMBA DA VAI-VAI E DA NENÊ COMO LINGUAGEM DE PROTESTO EM TEMPOS SOMBRIOS	
<a href="#">Emerson Porto Ferreira</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1582015011</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
APONTAMENTOS HISTÓRICO-FILOSÓFICOS SOBRE AS ORIGENS E A DECADÊNCIA IDEOLÓGICA NAS CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
<a href="#">Danne Vieira Silva</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1582015012</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
CEARENSES OU PIAUIENSES? REFLEXÕES SOBRE IDENTIDADE NA VILA DE AMARRAÇÃO NO LITORAL DO PIAUÍ NO FINAL DO SÉCULO XIX	
<a href="#">Marcus Pierre de Carvalho Baptista</a>	
<a href="#">Francisco de Assis de Sousa Nascimento</a>	
<a href="#">Elisabeth Mary de Carvalho Baptista</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1582015013</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>37</b>
CAMINHOS DA HISTÓRIA INDÍGENA: TEORIAS, METODOLOGIAS E PRÁTICAS	
<a href="#">Éder da Silva Novak</a>	
<a href="#">Maria Simone Jacomini Novak</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1582015014</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>47</b>
CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (1989-2009): 20 ANOS DE HISTÓRIA	
<a href="#">Marina Carolina Rezende Costa</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1582015015</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>58</b>
JUSTIÇA ESTATAL E JUSTIÇA NEGOCIADA: FURTO DE GADO, AÇÃO PENAL E JUSTIÇA NÃO ESTATAL NO BRASIL (1860- 1899)	
<a href="#">Lucas Ribeiro Garro Lourenço</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1582015016</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>70</b>
INTERFACE ENTRE FOUCAULT E BUTLER: CAMINHOS PARA SE PENSAR OS CORPOS, SEXUALIDADES/GÊNEROS, PRÁTICAS DE SI, E RESISTÊNCIAS	
<a href="#">João Marcelo de Oliveira Cezar</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1582015017</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>80</b>
MARANHÃO, A ÚLTIMA CRUZADA ENCANTARIA SEBASTIÂNICA E ESCRITOS CAVALEIRESCOS MEDIEVAIS	
<a href="#">Marcus Baccega</a>	

**DOI 10.22533/at.ed.1582015018**

**CAPÍTULO 9 ..... 95**

HISTÓRIA PÚBLICA E PATRIMÔNIO EM PAULO FRONTIN - PR

[Welerson Fernando Giovanoni](#)

[Michel Kobelinski](#)

**DOI 10.22533/at.ed.1582015019**

**CAPÍTULO 10 ..... 110**

O POBRE: AS REPRESENTAÇÕES DA POBREZA NA IMPRENSA DE JUIZ DE FORA EM FINS DO SÉCULO XIX

[Iolanda Chaves Ferreira de Oliveira](#)

**DOI 10.22533/at.ed.15820150110**

**CAPÍTULO 11 ..... 119**

OS FRANCISCANOS E OS GENTIOS NO BRASIL COLONIAL – A SERVIÇO DA FÉ E DA COROA

[Peter Johann Mainka](#)

**DOI 10.22533/at.ed.15820150111**

**CAPÍTULO 12 ..... 148**

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL “POR DENTRO DA HISTÓRIA”: UM GUIA PARA A METODOLOGIA?

[Francilene Ramos Lourenço Soares](#)

**DOI 10.22533/at.ed.15820150112**

**CAPÍTULO 13 ..... 157**

A PRODUÇÃO FÍLMICA “ARAGUAIA: CAMPO SAGRADO” E A INTERPRETAÇÃO DE SUA NARRATIVA

[Marcondes da Silveira Figueiredo Júnior](#)

**DOI 10.22533/at.ed.15820150113**

**CAPÍTULO 14 ..... 176**

O PENSAMENTO ANARQUISTA NA IMPRENSA ANARQUISTA DURANTE AS CRISES DA DEMOCRACIA NO BRASIL

[Pedro Rachid de Paula Reino](#)

**DOI 10.22533/at.ed.15820150114**

**CAPÍTULO 15 ..... 187**

UMA BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO LULISMO (2003-2010)

[Nathan dos Santos Alves](#)

**DOI 10.22533/at.ed.15820150115**

**CAPÍTULO 16 ..... 198**

A EDUCAÇÃO NO BRASIL E OS PACTOS DA BRANQUITUDE

[Adelina Malvina Barbosa Nunes](#)

[Margareth Diniz](#)

**DOI 10.22533/at.ed.15820150116**



<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>208</b>
O ENSINO DA HISTÓRIA, ENTRE A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA E A CULTURA ESCOLAR	
<a href="#">Antonio Carlos Figueiredo Costa</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15820150117</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>217</b>
O TRAÇADO DA GUERRA: A CARICATURA COMO ARMA NA GUERRA DO PARAGUAI (1864 – 1870)	
<a href="#">Theo de Castro e Carneiro</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15820150118</b>	
<b>SOBRE AS ORGANIZADORAS</b> .....	<b>229</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>230</b>

## MARANHÃO, A ÚLTIMA CRUZADA ENCANTARIA SEBASTIÂNICA E ESCRITOS CAVALEIRESCOS MEDIEVAIS

Data de aceite: 05/12/2019

**Marcus Baccega**  
DEHIS/PPGHIS-UFMA

**RESUMO:** A partir da hipótese de uma transposição feudal – evidentemente ressignificada e com conteúdos culturais ressemantizados – para a margem americana do Atlântico, o que talvez seja o âmago de sentido da conquista e colonização da América Portuguesa, novos temas e dilemas historiográficos se apresentam e desafiam nossos paradigmas analíticos. Pensamos, e pretendemos aventar com o presente ensaio, que mais que uma “residualidade” ou uma reminiscência longínqua na cultura popular brasileira, destacando o Nordeste e, nele, o Maranhão, a cultura popular medieval responde por uma boa parte do enigma historiográfico que é o Brasil. Existem e se conservam elementos medievais a despeito de impulsos de modernização conservadora pelos quais passou o Brasil, a partir dos surtos de industrialização por substituição das importações na primeira metade do século XX e a constituição de um parque industrial siderúrgico e petroquímico com as diversas faces do nacional-desenvolvimentismo em sua

segunda metade. Combater, debelar e soterrar o “Brasil arcaico” era uma palavra de ordem incontestada. No entanto, pulsa ainda, fremente, a herança da literatura de cordel, das cheganças e cavalhadas, das festas do Divino Espírito Santo e, não menos significativa, da magia que reveste o Rei Sebastião, desaparecido e encantado após a Batalha dos Três Reis, em Alcácer-Quibir (1578). Dom Sebastião terá sido, assim pensamos, o último grande rei cruzado, herdeiro da história do imperador alemão Frederico I, o Barba-Ruiva, do Sacro Império Romano, desaparecido e encantado no rio Saleph, na Cilícia, em 1190. Monarcas e cavaleiros inspirados pelo ideal de guerra santa das Cruzadas, ambos, Frederico I e Sebastião, compõem um mosaico de encantados que encontrará no Rei Arthur seu protótipo. Em que medida as letras romanescas germânicas da Idade Média Central podem responder por um elo, à primeira vista impensado, entre o Rei Artur e Dom Sebastião, passando pela encantaria cruzada de Frederico, o Barba-Ruiva?

**PALAVRAS-CHAVE:** Encantaria; Matéria Cavaleiresca Alemã; Maranhão.

MARANHÃO, THE LAST CRUSADE

SEBASTIANIC ENTHRALLMENT AND  
MEDIAEVAL CHIVALRY WRITINGS

**ABSTRACT:** By leading off from the hypothesis

of a feudal transposition – evidently resignified and marked by a semantic remaking – to the American margins of the Atlantic Ocean, which may be the very meaning core of the Portuguese conquest and colonization in America, new study subjects and historiographic quandaries come about and outdare our analytical paradigms. We reason and intend to make up in the present essay that, much more than any sort of “residuality” or outlying reminiscence within Brazilian popular culture, stressing cultural features of the Northwest part of Brazil and specially Maranhão, mediaeval popular culture corresponds to a huge part of the historiographic enigma called Brazil. In this sense, one should pay attention to the resilience of mediaeval narremes and mythemes in Brazilian Northwestern popular cultural utterances. Such cultural heritage remains in spite of conservative boosts of modernization that Brazil went through during the 20th. century, commencing by industrialization regarding the replacement of imported goods in the first half of the century and the shaping of a steel and petrochemical industrial park by dint of the manifold facets of National-development ideology. It seemed needful to fight, quell and whelm what was named “archaic Brazil”. However, medieval cultural heritage still throbs in chapbooks literature, feasts devoted to the Holy Spirit and dances called “cheganças” and “cavalhadas”, and *last but not least*, magical aspects concerning King Dom Sebastião of Portugal, who was believed to have been enthralled in the Battle of the Three Kings (Alcácer-Quibir), in 1578. Dom Sebastião, as we look upon the myth, will have been the last great Crusade monarch, heir to the stories regarding the German Holy Roman Emperor Friedrich I, the *Barbarossa*, allegedly vanished and charmed by the river Saleph, in Cilicia in 1190. Both were monarchs and knights much influenced by the ideal of Holy War entailed in the Crusade movements.

**KEYWORDS:** Enthralment; German Chivalric Writings; Maranhão.

## 1 | INTRODUÇÃO

Em 10 de junho de 1190, afogou-se no rio Saleph, na Cilícia, o Sacro Imperador dos Romanos, Frederico I, o Barba Ruiva. Em 04 de agosto de 1578, é vencido e morto o Rei Dom Sebastião, de Portugal. O primeiro, durante a Cruzada dos Três Reis (1189-1192), o último, na Batalha dos Três Reis, em Alcácer-Quibir, a “Grande Fortaleza”, no atual Marrocos. Quatro séculos de distância e muitas convergências notáveis. Dom Sebastião de Portugal (1554-1578), educado por jesuítas e ávido leitor de *romans* e novelas de cavalaria, partiu em Cruzada contra os mouros do norte da África. Ao invés de acatar o conselho de seus ministros para que atentasse ao lucrativo comércio de especiarias das Índias, esteve muito mais preocupado em libertar Jerusalém dos turcos otomanos. Além da participação nas peregrinações armadas cristãs contra os infiéis, outro laço, muito mais arcaico e longo, constituiu-se entre eles.

Verdadeiro traço de mentalidade na experiência histórico-simbólica do Ocidente, trata-se da encantaria. No seio desta forma de pensar essencialmente analógica, nem Frederico Barba Ruiva, nem Sebastião faleceram. Todavia, também não estão efetivamente vivos. Encontram-se encantados, em uma espécie de sono ou dimensão

paralela, local nomeado *encante*, de onde retornarão, quando da consumação dos tempos, para instaurar um milênio de justiça e felicidade na Terra. Tal retorno escatológico desafia e aniquila o *status quo* de injustiça e opressão, razão pela qual é esperado, desejado e, de alguma forma, vivenciado na perspectiva desta incursão do presente em um futuro incerto, que recebe o nome de utopia.

Na longa duração medieval, inclusive em seus desdobramentos na colonização da América, muitos foram os reis-heróis encantados. Ao lado de Dom Sebastião e de Frederico I, também podemos evocar o último monarca hispano-visigodo, Rodrigo, encantado em 31 de julho de 711, do qual somente se encontrou uma manopla. Assim como o Barba Ruiva, Rodrigo também desapareceu, depois de contundido, às margens do rio Guadalete, situado na atual província de Cádiz.

Em alusão ao trabalho de Mônica Amim (UFRJ), *A História Encantada em Estórias* (2019), destacamos igualmente a figura de Owain Glyndwr, líder galês que se rebelou contra a suserania dos ingleses, também ferido em batalha e encantado em 1415. Foi o último galês autóctone a ostentar o título de Príncipe de Gales (*Tywysog Cymru*). A propósito, Glendower é o nome anglicizado pelo qual William Shakespeare (1564-1616) se referiu ao herói na primeira parte da peça *Henrique IV* (1597). No caso do País de Gales, deparamo-nos ainda com Cadwaladr ap Cadwallon, potentado do reino de Gwynedd entre c.655 e 682, ao qual se deve o símbolo galês do Dragão Vermelho (*Y Ddraig Goch*). O mesmo é mencionado nos *Mabinogion* e, já na Idade Média Central (séculos XI a XIII), na *Historia Regum Britanniae* (1136), de Geoffrey of Monmouth.

Sabe-se que a encantaria, particularmente forte e arraigada na cultura popular do Pará e do Maranhão, é uma herança medieval celta de longa duração, o que pode ser compreendido somente se formos sensíveis à presença de temporalidades pré-capitalistas no Brasil de nossos dias. Mas, afinal, qual a origem de todos esses encantados e, mais importante ainda, por quê o último encantado repousa na Ilha dos Lençóis, no Maranhão, à espera do momento de seu retorno messiânico? Qual o papel mito-poético da figura encantada de Frederico Barba Ruiva na sintaxe deste grande intertexto de longa duração?

## 2 | CARAVELAS NO NOVO MUNDO: AS CRUZADAS EM NAUS

Ao ver vastas porções de suas terras serem anexadas ao Ocidente, a partir de 12 de outubro de 1492, oito meses após a expulsão dos mouros da *taifa* de Granada, *Abya Yala* teria seu destino alterado de modo radical. A expressão, com significado de “terra em plena maturidade” (BACCEGA, 2016: 505), no idioma dos *kunas* centro-americanos, cedeu lugar para *América*, terra de promessa e conquista.

Neste novo continente transculturado, um vasto território meridional foi destinatário de projeções edênicas, há muito realizadas pela cartografia medieval sobre ilhas como a Islândia, a Sicília, as Ilhas Baleares, a Madeira, os Açores ou Cabo

Verde. *Pindorama* (“terra das palmeiras”), designação genérica em tupi, passa por um violento processo de Conquista e colonização, recebendo, primeiramente, o nome de Ilha de Vera Cruz, depois Terra ou Província de Santa Cruz. Tal nome resultou, como evidenciou o historiador mexicano Luís Weckmann, em *La herencia medieval del Brasil* (1993), de uma artimanha do Rei Dom Manuel, o Venturoso (1495-1521), em missiva endereçada a seus sogros, os Reis Católicos, para ocultar a dimensão das terras recém-descobertas, assim procurando afastar o potencial interesse hispânico pela região.

No entanto, os colonos portugueses nunca abandonaram o hábito de referir-se à nova terra da Conquista sob o genérico epíteto de “Continente Brazil”, valendo-se do termo céltico gaélico *Brazil*, cujo significado é “Ilha Afortunada”. Nome certamente propício para a “ilha” onde, finalmente, se havia encontrado o Paraíso Terrestre, tão detalhadamente caracterizado no Capítulo 2 do Livro de *Genesis*. Tal ângulo de observação da conquista portuguesa da América corresponde à argumentação do historiador mexicano Luís Weckmann, que explicita a transposição feudal (*transplante feudal*) implicada na colonização ibérica no Novo Mundo (WECKMANN, 1993:29-31).

A palavra *Brazil* (gaélico insular), tendo por variantes as locuções *O'Brezil*, *O'Brasil* e *Hy Brassail*, aparece em uma crônica do século IX, intitulada *Navigatio Sancti Brandani*, narrativa que apresenta a navegação de São Brandão, monge beneditino gaélico do século VI, em busca da localização concreta do Jardim do Éden, identificado – mas vedado ao ingresso de Brandão e os doze monges que o acompanhavam – em uma ilha próxima a Avalon (a ilha dos mortos da mitologia celta), que recebeu tal alcunha (WECKMANN, 1993).

No concernente às Índias de Castela, os relatos de Hernán Cortez, endereçados aos Reis Católicos, Fernando de Aragão e Isabel de Castela, em 1519, não permitem dúvidas a respeito do caráter cruzado da guerra entre os *adelantados* e os *mexicas*. Isso se pode comprovar, para citar um exemplo eloquente, com a narrativa, escrita sob uma convenção retórica de veridicidade, do aparecimento de São Tiago *Matamoros* nos céus, abençoando e protegendo as tropas castelhanas.

De modo homólogo, na Conquista da América Portuguesa, especificamente na Capitania do Maranhão, Nossa Senhora da Vitória abençoou e auxiliou as tropas portuguesas de Jerônimo de Albuquerque contra os franceses. Tal se deu na Batalha de Guaxenduba, em 19 de novembro de 1614, quando então o Forte de São Luís, de fundação francesa em 1612, foi conquistado e deu lugar ao Forte de São Felipe e à cidade portuguesa de São Luís. Nesta ocasião, Nossa Senhora da Vitória, que aparecera aos cruzados, também para secundá-los, no Velho Mundo, transformou cascalho em pólvora para os arcabuzes lusitanos. O feito também ocorreria na Batalha do Outeiro da Cruz, em 21 de novembro de 1644, quando Nossa Senhora da Vitória esteve ao lado dos colonos portugueses que expulsaram as tropas holandesas, acantonadas no Maranhão desde 1641.

Não se pretende aqui denegar ou obliterar que houve móveis ideológicos e

interesses propriamente capitalistas no processo de expansão ultramarina iniciado, com os primórdios do Périplo Africano de Portugal, em 1415, assinalado pela conquista de Ceuta. Nestes termos, o consagrado *sentido da colonização*, à maneira de Caio Prado Júnior, em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), permanece resguardado e por nós sempre mobilizado como valiosa chave de leitura e dissecação da dimensão mercantilista do processo de Conquista da América.

No entanto, cientes de que a parte – predicado de um caráter capitalista mercantil à Colonização – não se permite entender sem o pressuposto lógico e metodológico da totalidade história em movimento, as ideias de Caio Prado Júnior podem e devem ser articuladas, em uma mesma e complexa sintaxe explicativa, com o belo trabalho de Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso* (1959). Esta associação de ideias e a construção, por parte dos historiadores sensíveis à herança medieval do Brasil, tão viva na cultura popular do Nordeste, de uma unidade sintética de representações intelectuais a partir da díade Prado Júnior-Buarque de Holanda, abrem caminhos exegéticos novos, capazes de captar as distintas temporalidades.

Como percebe Karl Marx nos *Grundrisse* de 1858, o período histórico que designamos como Primeira Idade Moderna, entre os séculos XVI e XVIII, testemunhou o duelo permanente entre o velho, encarnado nas estruturas sociais, ideológicas (mentalidade) e nas relações de produção da existência feudais, e o novo, materializado no incipiente modo de produção capitalista. Conquanto já delineado em seus fundamentos materiais e ideais no século XVI, com a progressiva ressignificação do *ethos* calvinista como um “espírito do Capitalismo”, à maneira de Marx Weber, e o adensamento das práticas mercantis, creditícias e relativas ao entesouramento de metais preciosos, bem como os insumos manufatureiros, o modo de produção capitalista ainda não era hegemônico no plano das representações sociais.

Ensina Antonio Gramsci (1891-1937), em 1929, quando estava escrevendo os célebres *Cadernos do Cárcere*, que o velho morreu e o novo ainda não pode nascer. Este interlúdio apresenta, por vezes de forma angustiada e distópica, paisagens e cenários mórbidos, indefinidos em sua configuração histórica. Se pudermos aludir ao pensamento dialético de Hegel (1770-1831), diremos, concordando com sua *Fenomenologia do Espírito* (1807), que, na Modernidade, efetuou-se uma cisão fundamental na própria vida do Espírito, para o qual se esvaiu a imediatez de sua vida substancial (HEGEL, 2003: 32). Em poucas palavras, há um hiato, um descolamento entre práticas sociais e suas representações, correspondente ao momento dialético de colisão entre tese e antítese. Com efeito, nenhuma determinidade (*Bestimmtheit*) consegue ainda preponderar de modo nítido no *Dasein* histórico (HEGEL, 2003: 35-36). Aparece aos sujeitos históricos uma ambiguidade (*Zweideutigkeit*) latente nos próprios eventos históricos, não apenas no modo de captar o real em suas consciências (HEGEL, 1958: 72).

Por conseguinte, tradições medievais e estruturas mentais ancestrais puderam estar presentes no caleidoscópio transcultural que forjou as sociedades coloniais na

América. Dentre elas, naturalmente, desejamos destacar a encantaria de matriz celta. E em seu lastro, a transmigração encantada de Dom Sebastião, desde Alcácer-Quibir, até a Ilha dos Lençóis, no Maranhão.

### 3 | O MISTÉRIO DE AVALON: *IMAGO, SIMILITUDO, VESTIGIUM*

A encantaria é, ela própria, um traço de mentalidade que enlaça a cultura popular do Maranhão e do Pará, repleta ainda de outros encantados que não Sebastião, como as Mães d'Água, também recorrentes em cantigas populares de Portugal (FERRETTI, 2013: 262), a um estema celta longínquo. Qual a estrutura mental responsável por esta maneira analógica de pensar que ata, como nós de uma única trama, Cadwaladr, Rodrigo, Owain Glyndwr, Frederico Barba Ruiva e Dom Sebastião?

Na perspectiva de que o modo de pensar dos medievais é fundamentalmente analógico, como ressalta Hilário Franco Júnior em *Modelo e Imagem: o pensamento analógico medieval*, ensaio que integra a coletânea *Os Três Dedos de Adão: Ensaios de Mitologia Medieval* (2010), a encantaria pode ser uma das vias privilegiadas de acesso à gramática deste modo de produção de representações sociais (*Vorstellungsweise*).

A este respeito, ensina Ana Paula Tavares Magalhães (USP) que o vocábulo latino *imago* possui vasto campo semântico, de alguma maneira referido às representações mentais dos entes reais ou imaginários, percorrendo significados e usos linguísticos que a equiparam à metáfora, ao onírico e à própria produção da memória social (MAGALHÃES, 2019: 69-70). Ao lermos a explanação de Magalhães, poderemos compreender a lógica interna dos *significabilia* medievais:

Mas a *imago* é, sobretudo, fundamento da antropologia cristã. O texto do Gênesis (1:26), *faciamus hominem ad imaginem et similitudinem nostram*, supõe essa relação de espelhamento entre o criador e a criatura. No princípio do século XII, Guibert de Nogent identificou em Deus o “bom imageiro”, sendo a Criação a imagem que o reflete. Essa consiste em uma espécie de autorretrato, que apenas remete ao “original”, guardando com ele uma relação de semelhança. Essa é a alusão da Carta aos Coríntios, na qual Paulo afirma que hoje o vemos como em um espelho (I Cor 13:12). A afirmação da atual relação especular que teríamos com o Criador nos remete à contemplação de Sua imagem por intermédio da nossa própria – uma vez que somos *imago Dei*. Entretanto, no plano salvífico estaria reservada aos redimidos a contemplação direta e imediata de Deus, quando aos bem-aventurados seria dado (re)viver na condição de eterna prostração diante d'Ele, juntamente com toda a população da Cidade celeste (MAGALHÃES, 2019: 70).

Entendemos, portanto, que todos os encantados devem ser imagens de um modelo primevo. Logo veremos que são, no caso dos encantados, dois arquétipos míticos, cada qual desempenhando uma função simbólica específica.

Apreendendo que o *Logos* de Deus, o *Verbum* que se faz homem – e servo de toda a humana criatura – em Cristo é um grande cosmo pitagórico que abrange relações geométricas e aritméticas eternas, responsáveis pela perenidade do mundo supralunar, será possível perceber que os entes criados que habitam este mundo são

reflexos imperfeitos dos *significabilia* eternos. Neste sentido, cada criatura é *imago* de uma forma perfeita e eterna que, na condição de verdade matemática eterna, habita a mente de Deus.

Como disserta Jean-Claude Schmitt, com a Queda Primordial do Homem, fazendo-se acompanhar pelo anátema do trabalho (*tripalium*) – “comerás o pão com o suor do teu rosto” (Gen. 3,19) – da memória e da finitude da existência – “tu és pó e ao pó retornarás” (Gen. 3,19) – e da perfídia feminina – “A mulher que me deste por companheira, foi ela quem me deu a fruta, e eu comi” (Gen. 3,12) – perde-se a condição de *similitudo*, coparticipação na natureza mesma de Deus, e subsiste uma modalidade imperfeita de *imago*, o *vestigium* (SCHMITT, 2007: 13).

Afirmamos anteriormente que foram dois os arquétipos para a encantaria medieval e seus desdobramentos nas culturas populares do Maranhão e do Pará. O primeiro deles, da ordem do mito *illo tempore*, é o Profeta Elias. Assim como Enoque, no Capítulo 5 do *Livro de Gênesis*, também Elias foi arrebatado por Deus, portanto, não faleceu propriamente. No caso do profeta veterotestamentário, o arrebatamento deu-se por meio de uma carruagem de fogo, conduzida por doze animais fantásticos, cujos corpos se compunham de partes distintas de animais terrenos (II Re. 2,1). Nestes termos, Enoque e Elias são retratados, em narrativas medievais como o *fabliau* da Cocanha de finais do século XII ou no *Conto de Amaro* de fins do século XIV, como os únicos merecedores de retornar à condição paradisíaca no Jardim do Éden.

Qual a razão para termos sugerido a figura de Elias como arquétipo bíblico, e não Enoque? A resposta nos é concedida nos *Evangelhos de São Marcos e São Mateus*, ao se narrar a transfiguração de Jesus Cristo no Monte Tabor. Vale transcrever o texto em suas partes principais:

E dizia ainda: “Em verdade vos digo que estão aqui presentes alguns que não provarão a morte até que vejam o Reino de Deus chegando com poder”.<sup>2</sup>Seis dias depois, Jesus tomou consigo a Pedro, Tiago e João, e os levou, sozinhos, para um lugar retirado sobre uma alta montanha. Ali foi transfigurado diante deles.<sup>3</sup>Suas vestes tornaram-se resplandecentes, extremamente brancas, de uma alvura tal como nenhum lavadeiro na terra as poderia alvejar. <sup>4</sup>E lhes apareceram Elias com Moisés, conversando com Jesus. <sup>5</sup>Então Pedro, tomando a palavra, diz a Jesus: “Rabi, é bom estarmos aqui. Façamos, pois, três tendas: uma para ti, outra para Moisés e outra para Elias”. <sup>6</sup>Pois não sabia o que dizer, porque estavam atemorizados. <sup>7</sup>E uma nuvem desce, cobrindo-os com sua sombra. E da nuvem saiu uma voz: “*Este é o meu Filho amado: ouvi-O*”. <sup>8</sup>E de repente, olhando ao redor, não viram mais ninguém: Jesus estava sozinho com eles. <sup>9</sup>Ao descerem da montanha, ordenou-lhes que a ninguém contassem o que tinham visto, até quando o Filho do Homem tivesse ressuscitado dos mortos. <sup>10</sup>Eles observaram a recomendação perguntando-se o que significaria “ressuscitar dos mortos”. <sup>11</sup>E perguntaram-lhe: “Por que motivo os escribas dizem que é preciso que Elias venha primeiro?” <sup>12</sup>Ele respondeu: “*Elias* certamente virá primeiro, para *restaurar* tudo. Mas como está escrito a respeito do Filho do Homem que deverá sofrer muito e ser desprezado? <sup>13</sup>Eu, porém, vos digo: Elias já veio, e fizeram com ele tudo o que quiseram, como dele está escrito” (Mc. 9, 1-13).

Há aqui verdadeira *similitudo* perfeita entre Elias e o próprio Cristo na Escatologia



cristã, ocasião em que Elias é figurado como um *Alter Christus* que prenuncia a consumação dos tempos. Em tal condição, deverá restaurar a ordenação primeira do mundo, a perfeição que se desconstituiu pela Queda Original. Mas há, no plano mundano para o qual o casal primordial é precipitado pelos anátemas de Deus e pela vedação de retorno ao Éden, agora vigiado por um querubim de espada flamejante, alguém na condição de *imago* inaugural da grande galeria de encantados a que temos aludido.

Não é *similitudo* perfeita do Cristo, como é o caso, por excelência, de Elias, porém encarna verdadeiro *antitypus* ou *figura* mito-poética para os demais encantados. Trata-se do célebre rei encantado na Ilha de Avalon, Arthur de Camelot. Na suposta descoberta de seu túmulo, onde também jazia sepultada a rainha Guinevere, na abadia de Glastonbury, por ordem do rei Henrique II (1154-1189), no derradeiro ano de seu reinado, encontrou-se o dístico do rei encantado de Logres: *rex quondam, rexque futurus* (rei outrora, rei futuro). A frase é um excelente epítome para o conteúdo messiânico inseparável da encantaria cristológica.

Arthur é concebido como aquele que restaurará a glória e a autonomia dos potentados celtas na Grande Ilha e na Pequena Bretanha, sendo o monarca mitema de fortuna crítica longeva, haja vista que se faz presente, inclusive, nos termos do contrato antenupcial entre Felipe II de Espanha e Maria Tudor de Inglaterra, de 1556. No mesmo ato jurídico, o monarca hispânico resignava-se a renunciar ao trono e sua pretensão de restaurar uma *Res Publica* cristã universal, caso o Rei Arthur retornasse de seu sono encantado em Avalon e reivindicasse a coroa. Neste sentido, afigura-se um messianismo político localizado que se viu ressignificado pelo desejo de Felipe II de erigir um grande *Orbis Hispanicus*, adquirindo inaudita conotação universal.

Por outro lado, no caso de Dom Sebastião, parece ter ocorrido, no que concerne à cultura popular maranhense e seu mito sebastiânico transculturado, o fenômeno inverso. Acalentado pelos jesuítas portugueses como o monarca messiânico destinado a retornar de seu encanto – lugar mágico de morada dos encantados (FERRETTI, 2013: 262) – na Ilha dos Lençóis, Sebastião seria o fiador da eclosão do Quinto Império. Cumpriria, desta forma, o vaticínio decorrente da interpretação do sonho de Nabucodonosor pelo Profeta Daniel. Aos quatro reinos sucessivos e esvaídos, sucederia um império sem fim, eterno e indestrutível, descrito sob a metáfora de um rocha que cresce de modo incessante, até se tornar uma colossal montanha (alegoria rabínica para a Casa de Deus) (Dn. 2, 31-45).

O mito do retorno de Dom Sebastião tem seus primórdios assinalados por uma expectativa messiânica universalista, que nas palavras do jesuíta de primeira geração, Simão Rodrigues (1510-1579), conselheiro do Rei D. João III (1521-1557) e preceptor do príncipe herdeiro Dom João, pai de Sebastião, estaria voltada para a construção do *Orbis Lusitanus*. No entanto, na forma híbrida do mito no Maranhão, o rei deverá retornar, sendo liberto de sua forma de touro com uma estrela alvinitente na testa e readquirir um corpo humano, para fincar no Maranhão a Corte de Queluz. Ao ser

atingido na testa, no local da estrela, Dom Sebastião recuperará a forma humana e fará emergir, das profundezas do mar da Ilha dos Lençóis, seu reino de justiça e prosperidade, o milênio dos justos na Terra. Neste momento, a Ilha do Maranhão, onde se situa a cidade de São Luís, será lançada aos ares pela serpente/dragão subterrânea que a sustém, o que fará a atual capital ceder lugar para Queluz. Nestes termos, de uma perspectiva escatológica universalista, passou-se a uma modalidade muito peculiar e circunscrita de messianismo.

Seria possível, à primeira vista, propor um enlace diretamente entre o Rei Arthur e Dom Sebastião, à maneira de um modelo e sua imagem. No entanto, pensamos encontrar na encantaria de Frederico Barba-Ruiva uma instância mito-poética de mediação e a chave de uma ressignificação cristológica da encantaria, que pode explicar alguns predicados da encantaria do Dom Sebastião “maranhense” do Quinto Império.

#### 4 | A APOTEOSE DO IMPERADOR

Frederico Barba Ruiva (1152-1190) encarnou um dos momentos culminantes da duradoura pugna entre o *Regnum* e o *Sacerdotium* na história política medieval. Estamos no contexto da Reforma Pontifical, principiada com Nicolau I (858-867). O mesmo procura inclusive intervir em nomeações patriarcais na Cristandade Grega. A Reforma seria tornada bastante explícita em suas formulações jurídicas e teológicas com Gregório VII (1073-1085). Prescreve seu *Dictatus Papae* de 1075, e envida esforços de uniformização litúrgica em toda a Cristandade Latina com uma primeira forma de *Missale Romanum* e a coibição do nicolaísmo.

A esta investida clericalizante, a nobreza feudal contrataca com uma espécie de sedição simbólica que Jacques Le Goff nomeia *reação folclórica*, tese inicialmente exposta em texto de 1970, “Cultura Eclesiástica e Cultura Folclórica na Idade Média: São Marcelo de Paris e o Dragão”. Este modo de resistência simbólica mobiliza elementos do imaginário cristão de forma heterodoxa e combinada a mitemas ancestrais pagãos, de raiz celta, germânica e greco-romana, além de competir com as doutrinas clericais no que tange a elementos da própria dogmática teologal. Do ponto de vista do próprio direito canônico, a primeira construção intelectual e normativa a ser posta em disputa será o *Decretum* do Papa Gelásio I (492-496), de 494. Trata-se da célebre concepção de que todo o poder provém de Deus, que o delega sob duas formas, tal como dois gládios em defesa da Igreja e da fé niceno-constantinopolitana: *auctoritas* e *potestas*. Todavia, o *Decretum* não estabelece, com clareza, a qual destinatário, dentre os dois potentados terrenos, o Príncipe e o Papa, caberá cada qual das formas de poder.

Ao longo da Alta Idade Média (séculos VIII-X) e, sobretudo, na Idade Média Central (séculos XI-XIII), os teólogos-legistas que secundavam os Papas, alguns até licenciados, eles próprios, em *Jura* (Direito Canônico e Direito Civil), procuraram impor a tese de que Deus delegaria ambas formas de poder ao Papa. Como titular das duas

modalidades de poder, poderia o Sumo Pontífice, se entendesse conveniente, ceder o exercício – mas não a titularidade – da *potestas* ao príncipe laico.

A *potestas* teria, deste modo, seu campo semântico associado à tônica de um poder militar e administrativo sujeito aos limites jurídicos desenhados pela *auctoritas*, cuja natureza seria a de um poder moral, retórico-disciplinar, consistindo na exegese autorizada das Sagradas Escrituras. O detentor da *auctoritas* seria responsável por assegurar as condições espirituais e pastorais de salvação das almas dos súditos. Por outro lado, a *potestas* representa o poder-dever de salvaguardar as condições materiais e terrenas para a mesma redenção das almas dos súditos.

No fundo, o grande embate de poder entre o Papado e o Império, ao tempo de Frederico Barba-Ruiva, diz respeito à pretensão de universalidade cristológica dos dois potentados, julgando-se, cada qual, legítimo lugar-tenente de Cristo na Terra e idôneo a assumir a posição de *caput* da Igreja. A autorrepresentação da Igreja como Corpo Místico de Crístico e Povo de Deus advém da teologia de São Paulo, na *Epístola aos Efésios*, em cujo Capítulo 4 se traduz a concepção de que os fieis compõem, em Cristo, um corpo, constituído de múltiplos membros, dotados de funções e talentos específicos e complementares (carismas).

Para se entender a centralidade do Barba-Ruiva na sintaxe de longa duração responsável pela permanência do Sebastianismo na cultura popular do Maranhão e do Pará, devemos ter em consideração o transfundo de totalidade histórica que singulariza o período de apogeu do Feudalismo. A gramática interna desta totalidade feudal pode ser identificada, na dimensão das representações ideológicas (imaginário), em um traço de mentalidade também transposto à América, o Milenarismo.

Adotaremos a noção de que todos os *corpora* da cultura letrada medieval são pensados por seus coetâneos como continuações do relato mitológico central (*legendum maius*) do Cristianismo, a Bíblia, como propõe Alain Bourreau em *L'événement sans fin – Récit et Christianisme au Moyen Âge* (1993). Neste sentido, os diversos gêneros retórico-poéticos medievais fruía de um estatuto de veridicidade, cujo critério normativo fundamental de validade eram as Sagradas Escrituras.

A relevância desta lógica interna aos textos medievais e sua leitura, declamação e recepção social, para a presente discussão, é a constatação de que a célebre *Gesta Frederici Imperatoris* (c.1165), deve também encontrar seu critério de validade no *legendum maius* bíblico. O nome completo do *corpus* em questão, *Ottonis Episcopi Frisingensis et Rahewini Gesta Frederici, seu, rectius Cronica*, o que claramente o insere no então nascente gênero historiográfico, implicando a convenção retórica de veracidade com que a crônica circulou entre os círculos letrados e os ouvintes de leituras declamadas durante a Idade Média Central. A *auctoritas* coube ao tio do Imperador, o bispo Otto von Freising (1112-1158), que partira em Cruzada com seu irmão Conrado III (1138-1152), e a Rahewin, seu *notarius*, *capellanus* e, a partir de 1156, *canonicus* (MIROW, 2004: 139-142).

Lemos, na *Gesta Frederici Imperatoris*, que, ao falecer no rio Saleph, os guerreiros

de Frederico Barba Ruiva, liderados por seu filho, Frederico VI, Duque da Suábia, procuraram conservar seu corpo em um barril com vinagre, para depositar seus restos mortais como relíquia. Antes disto, mesmo sem considerarmos os conflitos com os Papas Adriano IV (1154-1159) e Alexandre III (1159-1181), sendo que, abertamente, o monarca apoiou a pretensão pontifícia do Antipapa Victor IV, um evento mais eloquente ocorrera.

Também não se trata de suas seis incursões sobre as comunas do norte da Itália. Nelas obteve vitórias políticas como as resoluções da Dieta de Roncaglia (1158), em que Adriano IV e as comunas mercantes da região da Lombardia reconhecem a suserania imperial a assentem na presença permanente de oficiais imperiais em seus territórios. Sofreu também vieses, como a derrota militar para a Liga Lombarda em Legnano (1176), ocasião em que se viu obrigado a abdicar do exercício de um controle efetivo sobre as comunas italianas, ainda que conservasse a condição nominal de seu *dominus*.

Há, entretanto, uma façanha simbolicamente muito mais plena de significados para uma compreensão sistêmica das disputas de poder entre o Papado e o Império. Trata-se da tentativa do monarca de canonizar o Imperador dos Romanos Carlos Magno, primeiro destinatário, na Cristandade Latina, de uma *translatio imperii*.

Pretendeu-se, na alegada vacância do trono imperial em Bizâncio (à época ocupado por Irene de Atenas), fazer coroar um César latino no Ocidente, o que se efetivou com a coroação e sagração de Carlos Magno no Natal do ano 800, em Roma. Sujeitando o Papa Leão III (795-816) e o impondo às famílias patrícias da cidade de Roma – havia uma longa contenda entre os Colonna e os Orsini – Carlos Magno concentrou em sua corte, na cidade de Aachen, ideólogos influentes, notadamente Alcuíno de York (735-804), Arbeo de Freising (723-784), Pedro de Pisa (744-799), o Diácono Paulo (720-799) e Paulino de Aquileia (726-804).

Nesta efervescência cultural do denominado Renascimento Carolíngio, constituiu-se a doutrina teológica do poder relativa à *Renovatio Imperii* e à concepção de que o Império Romano redivivo deveria englobar, em seu território, a *ciuitas* de Roma: trata-se da ideia do *Großreich*. Frederico I promoveu a cerimônia de canonização de Carlos Magno, com a presença oficiante, mas apenas acólita, do novo Antipapa apoiado pelas chancelarias imperiais, Pascoal III, no Concílio de Aachen, em 29 de dezembro de 1166. Era a ocasião em que o Papa Alexandre III firmava contatos e aliança com o Basileu do País dos Gregos, Manuel I Comneno (1143-1180).

O ato de avocar para si a autoridade de proclamar a beatitude de Carlos Magno, um príncipe secular, cerimônia na qual, ao que se descreve na *Gesta Frederici Imperatoris*, o Antipapa Pascoal III desempenhou papel claramente acólito, indica a pretensão de concertar, na Coroa Imperial, tanto a *potestas* quanto a *auctoritas*. Por conseguinte, estamos diante de uma pretensão de concentrar, na Coroa Imperial, a *plenitudo potestatis*. Certamente, uma legitimação do poder de feição cristológica e universalista, assentada no Imperador Romano como legítimo lugar-tenente de

Cristo na Terra. Desta forma, um *Alter Christus* que se faria *caput* da Igreja enquanto instituição total das formações sociais medievais, uma vez que a mesma correspondia à integralidade do Povo de Deus, conjunto dos fieis batizados e redimidos em Cristo.

Duas outras ocorrências nos parecem evidenciar tal anseio de *plenitudo potestatis*. Pensamos aqui no traslado das relíquias dos Três Reis Magos para Colônia, tendo-as recolhido *Barbarossa*, durante a quarta incursão ao norte da Itália, da Catedral da [Basílica de Sant'Eustorgio](#), em Milão. Da mesma forma, a promessa empenhada pelo Imperador quanto a trazer perante a Dieta dos Príncipes e Bispos alemães em Mainz a relíquia da Santa Cruz, ao partir para a Terceira Cruzada, ao se reaproximar do Papa Gregório VIII (1187).

As relações com a Santa Sé estavam, mais uma vez, tensionadas pelo casamento do filho de Frederico I, Henrique, com Constança da Sicília, filha póstuma e herdeira do Rei Rogério II, sob discordância do então Pontífice Urbano III (1185-1187). Ademais, com o matrimônio de Frederico Barba Ruiva e Beatriz da Borgonha, em 9 de junho de 1156, o ducado passa a integrar os territórios sob suserania do Imperador. Tal anexação foi ratificada com a coroação do Barba Ruiva como Rei da Borgonha em 30 de junho de 1178.

Ao tempo do Milênio de Justiça e Felicidade, os eleitos para a primeira ressurreição reinariam com Cristo na Terra, até que Satã fosse libertado da prisão. A Besta, então, reuniria suas hostes para a batalha escatológica que consumaria os tempos do mundo e após a qual triunfaria a Jerusalém Celeste. Para os mil anos de interregno dos justos, as Escrituras revelam: “vi então tronos e aos que neles se sentaram foi dado poder de julgar” (Apo. 20,4). O Papa e o Imperador, tanto dos Romanos da Cristandade Latina quanto dos Romanos da Cristandade Grega, reivindicam encarnar tais autoridades escatológicas.

Neste sentido, o tipo de encantaria messiânica universalista que se atribuiu a Dom Sebastião tem seus traços iniciais mais distintivos vinculados à encantaria, pela primeira vez universalista e visando à *plenitudo potestatis*, de Frederico Barba Ruiva. Dom Sebastião, como o último grande rei cruzado, desvela como as monarquias ibéricas serão herdeiras do projeto de *Res Publica* cristã a partir do momento em que, ao longo do século XIV, os dois grandes universalismos cristológicos, Papado e Império, encontram-se em franco declínio.

## 5 | CONCLUSÃO

O novo sintagma cultural mestiço em que Dom Sebastião figura como redentor escatológico do Maranhão, fruto de um processo que Mundicarmo Ferretti e Sérgio Ferretti consideram de hibridismo cultural, à primeira vista teria tornado o mito sebastiânico um *vestigium* localizado do retorno de Frederico Barba Ruiva.

Mais que uma residualidade de outros tempos, a forte presença do Rei Sebastião na cultura popular do Nordeste, com destaque para o Maranhão, aponta para um

traço de mentalidade de longa duração, uma herança cultural longínqua dos celtas. Um motivo arcaico, muitas vezes inexplorado nos estudos culturais brasileiros, mas produtor, ainda em nossos dias, de um efeito social de verdade para muitos maranhenses. Bastaria recordar, com o casal Ferretti, os albinos da Ilha dos Lençóis, auto e heterorrepresentados como filhos de Dom Sebastião com moças virgens do local, concebidos em noites de lua cheia (BRAGA, 2001: 61).

Jacqueline Hermann, especialista nos vários sebastianismos luso-brasileiros, assinala um aspecto fundamental para compreendermos o último elo da grande corrente de encantados que mencionamos:

Minha pesquisa sobre os sebastianismos luso-brasileiros encontrou no caso maranhense diversas inovações e especificidades que, de forma clara, agregam elementos da religiosidade africana e ameríndia, conformando, talvez, a versão mais genuinamente “brasileira” da crença sebastianista, na medida em que parece fundir e reelaborar aspectos importantes das três matrizes “originais” de nossa formação cultural (HERMANN, 2008: 40).

Mito que integra e ressemantiza as raízes medievais da formação da cultura popular do Nordeste brasileiro, o sebastianismo contemporâneo traduz uma narrativa identitária que se faz *vestigium* da narrativa do retorno escatológico de Frederico Barba Ruiva. Nesta condição, paradoxalmente se reaproxima da matriz celta de um retorno encantado de cariz étnico ou religioso específico, como foram os casos, no plano mitológico, de Brân, filho de Llyr, e, na dimensão concreta, Cadwaladr ap Cadwallon, Owain Glyndwr e de Arthur, na interseção mito-poética de ambos. Todavia, a hibridação de elementos da Pajelança e do Tambor de Mina (FERRETTI, 2013: 264-265) produziu um fenômeno transculturado singular. Como pensam alguns estudiosos, como Taissa Luca, o culto sebastiânico maranhense:

Esvaziou a conotação messiânica da crença no “Encoberto”. Nenhum mineiro espera o retorno do rei, simplesmente porque nenhum culto afro-brasileiro possui característica salvacionista. Nessa religião de integração, o sagrado imanente se faz presente cotidianamente em meio à experiência extática. O retorno do rei acontece a cada festa pública, sempre que um filho-de-santo recebe esta entidade (LUCA, 2010: 112).

Enquanto sintagma mestiço, o imaginário sebastiânico brasileiro apresenta um elemento axial e ordenador de sua sintaxe, tal como as regras de estrutura que selecionam componentes e codificam o grau de variabilidade do repertório de um sistema. No caso dos fenômenos de transculturação que tiveram a América Colonial como palco e forjaram mitos como o de Dom Sebastião, em sua versão sincrética, não podemos nutrir a ingenuidade de imaginar que a hibridação não se deu a partir de uma correlação tensa de forças. O elemento europeu procurou, a todo tempo, impor sua hegemonia simbólica, que produz e reproduz sua hegemonia militar e político-administrativa no Continente Brasil.

Portanto, muito ao contrário de “esvaziar a conotação messiânica da crença no Encoberto”, cada ritualização dos cultos afro-maranhenses corporifica uma atualização do mito *illo tempore*. Dom Sebastião se manifesta nos cultos de Tambor da Mina e na Pajelança enquanto *imago* de sua presença ou retorno messiânico e escatológico. Aparição sempre tensionada entre ser *vestigium* de Frederico Barba Ruiva e *imago* de Arthur.

Na condição de *sacramentum*, atualização do sagrado na História e no tempo dos homens, presentificação e temporalização do Eterno, Dom Sebastião atualiza toda a cadeia de encantados que tem no Rei Arthur seu modelo originário. Todavia, não se pode descurar jamais o fato de que a encantaria universalista em torno do Barba Ruiva define a maneira como Sebastião retorna a Arthur por meio de um imaginário transculturado.

Ao repristinar Arthur, Sebastião se faz imagem sinalética das esperanças e utopias político-messiânicas na cultura brasileira. Alenta, pois, nossos anseios de libertação histórica.

## REFERÊNCIAS

BACCEGA, Marcus. **O Sacramento do Santo Graal**. Curitiba: Prismas, 2015.

\_\_\_\_\_. “Cavaleiros no Novo Mundo: os jesuítas e a conquista da América Portuguesa”. In: **Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020 (no prelo).

BARBER, Richard. **The Holy Grail. Imagination and Belief**. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal**. Do ano mil à colonização da América. São Paulo: Editora Globo, 2006.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2001.

BRAGA, Pedro. **O Touro Encantado na Ilha dos Lençóis**. O Sebastianismo no Maranhão. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

FERRETTI, Sérgio. “Encantaria Maranhense de Dom Sebastião”. In **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, Vol. 1, Nº1, 2013, pp. 262-285.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Os três dedos de Adão: Ensaios de Mitologia Medieval**. São Paulo: EDUSP, 2011.

HEGEL, Georg W. F. **Phänomenologie des Geistes**. Frankfurt-am-Main: Suhrkamp Verlag, 1970.

JACKSON, W.H. RANAWAKE, Silvia. **The Arthur of the Germans**. The Arthurian Legend in Medieval German and Dutch Literature. Cardiff: University of Wales Press, 2000.

KÖHLER, Erich. **Ideal und Wirklichkeit in der höfischen Epik**. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2002.

LITTLETON, Scott. MALCOR, Linda. **From Scythia to Camelot**. A Radical Reassessment of the Legends of King Arthur, The Knights of the Round Table and the Holy Grail. New York: Routledge, 2000.

LUCA, Taissa Tavernand. "**Tem Branco na Guma**". A nobreza europeia monta corte na Encantaria Mineira. Tese de Doutorado em Antropologia. Belém: UFPA, 2010.

MAGALHÃES, Ana Paula Tavares. "A Idade Média e a produção do conhecimento. Alguns apontamentos sobre a relação dos homens com a ciência". In: ZIERER, Adriana *et alii*. **História Antiga e Medieval**. Ensino, Sociedade e Cotidiano: Diálogos entre o Passado e o Presente. São Luís do Maranhão: EDUFMA, 2019.

MEGIANI, Ana Paula Torres. **O Jovem Rei Encantado**. Expectativas do Messianismo Régio em Portugal, Séculos XIII a XVI. São Paulo: Hucitec, 2003.

MIROW, Jürgen. Die Deutschen im Mittelalter. **Geschichte des Deutschen Volkes**. Von den Anfängen bis zur Gegenwart. Freiburg: Casimir Katz Verlag, 2004.

MONGELLI, Lênia Márcia. **Por quem peregrinam os cavaleiros de Artur?** Cotia: Íbis, 1995.

ULLMANN, Walter. **Medieval Political Thought**. London: Penguin Books, 1970.



## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Ação Penal 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67  
Amarração 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35  
Análise de políticas públicas 187  
Anarquismo 176, 177, 178, 182, 184, 185  
Anarquista 176, 177, 178, 179, 181, 182, 185  
Araguaia-Campo Sagrado 157

### B

Branquitude 198, 199, 200, 201, 202, 206

### C

Caricatura 217, 219, 220, 227  
Caridade 110, 114, 115, 117, 118  
Carnaval 1, 3, 4, 5, 6, 9  
Ceará 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36  
Colonização 19, 39, 80, 82, 83, 84, 93, 119, 124, 128, 133, 134, 136, 146, 199, 202, 215  
Crise 112, 145, 176, 179, 181, 185, 213, 217  
Crítica da Economia Política 13, 24  
Cultura histórica 208, 210, 212

### D

Democracia 9, 10, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 194, 211  
Discurso Econômico 13, 14, 23, 24

### E

Economia Política 13, 18, 21, 22, 23, 24  
Educação 37, 43, 44, 45, 78, 79, 96, 102, 106, 108, 115, 119, 126, 136, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 182, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 211  
Educação patrimonial 108, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156  
Encantaria 80, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 91, 93, 94  
Ensino de História 1, 4, 43, 44, 106, 107, 215  
Escola de samba 1, 3, 4, 5, 6

### F

Filme 157, 159, 166, 169, 175

### G

Golpe 176, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 211  
Guerra do Paraguai 217, 219, 220, 227

Guerrilha do Araguaia 157, 158, 161, 164, 175

Guia básico de educação patrimonial 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155

## H

História da Educação 187, 191, 195, 201

História do Brasil Colonial 119

História do Direito 58, 63, 64, 65, 67, 68

História do Processo Penal 58, 63

História local 95, 148, 156

Historiografia 4, 25, 28, 37, 62, 63, 112, 136, 137, 141, 144, 162, 179, 208, 212, 215, 217, 220

## I

Identidade 3, 5, 6, 7, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 42, 48, 49, 70, 72, 73, 78, 96, 97, 98, 104, 118, 175, 198, 199, 209, 210, 215

Ideologia 13, 14, 15, 17, 20, 23, 24, 27, 32, 113, 116, 117, 178, 199, 203, 216

Indígenas 3, 9, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 183, 199, 202

## J

Judith Butler 70, 71, 73, 75, 77, 78, 79

## L

Legislação 60, 66, 133, 139, 141, 142, 187

Lulismo 187, 188, 189, 191, 194

## M

Maranhão 25, 32, 34, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 94, 119, 144, 145

Matéria Cavaleiresca Alemã 80

Memória 4, 36, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 85, 86, 96, 97, 98, 100, 102, 106, 108, 109, 149, 151, 152, 154, 156, 157, 158, 161, 162, 164, 167, 169, 172, 174, 175, 212, 214, 215, 220, 227

Michel Foucault 70, 71, 72, 74, 78

Missão 119, 120, 122, 123, 124, 125, 129, 131, 143, 144, 192

## N

Negociações 38, 39, 58, 63, 64, 66, 67

## O

Ordem de São Francisco (OFM) 119

## P

Periódicos 28, 31, 65, 98, 180, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224

Pesquisa 25, 28, 37, 38, 43, 44, 45, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 63, 64, 65, 66, 72,

92, 95, 96, 98, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 148, 150, 158, 164, 174, 176, 178, 180, 184,  
185, 187, 188, 192, 196, 198, 199, 201, 203, 204, 205, 208, 213, 217, 227

Piauí 25, 26, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36

Pobreza 110, 111, 113, 114, 116, 177, 189, 190

Política Educacional 187

## R

Racismo 7, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 212

Regime militar 9, 10, 157, 158, 164, 174

## S

Samba enredo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11

Subjetividade 198, 200

## T

Teoria Queer 70, 71, 72, 73, 75, 78, 79

Transição ao capitalismo 13

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**